



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE ENGENHARIA DO ARAGUAIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

RÁVILA FIGUEIRA DA SILVA

**UMA ABORDAGEM DA EVASÃO ESCOLAR NO DISTRITO DE BARREIRA DOS  
CAMPOS NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ARAGUAIA-PA**

Santana do Araguaia

2019

RÁVILA FIGUEIRA DA SILVA

**UMA ABORDAGEM DA EVASÃO ESCOLAR NO DISTRITO DE BARREIRA DOS  
CAMPOS NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ARAGUAIA-PA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de licenciatura plena em matemática, pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Engenharia do Araguaia, Curso de Licenciatura em Matemática.

Orientador: Prof. Me. Helves Belmiro da Silveira.

Santana do Araguaia

2019

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho da Unifesspa**

---

Silva, Rávila Figueira da

Uma abordagem da evasão escolar no Distrito de Barreira dos Campos no Município de Santana do Araguaia-PA / Rávila Figueira da Silva; orientador, Helves Belmiro da Silveira. — Santana do Araguaia, PA : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Santana do Araguaia, Instituto de Engenharia do Araguaia, Curso de Licenciatura em Matemática, Santana do Araguaia, PA, 2019.

1. Evasão escolar - Santana do Araguaia (PA). 2. Educação permanente. 3. Ensino - Qualidade. 4. Ensino fundamental. I. Silveira, Helves Belmiro da, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 371.2913

---

Elaborada por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/391

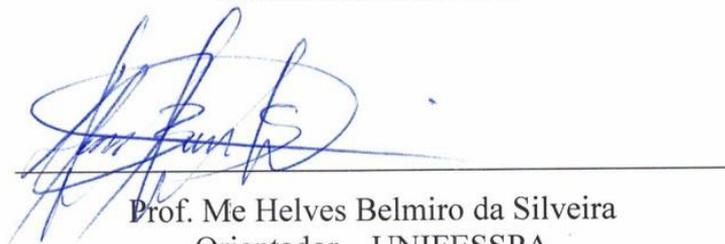
RÁVILA FIGUEIRA DA SILVA

**UMA ABORDAGEM DA EVASÃO ESCOLAR NO DISTRITO DE BARREIRA DOS  
CAMPOS NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ARAGUAIA-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará,  
como requisito parcial para a obtenção do Grau  
de Licenciada Pleno em Matemática.

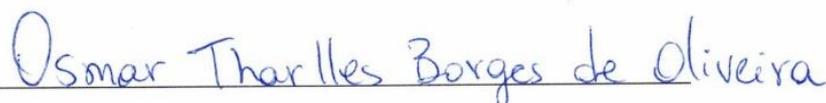
**Data da Aprovação:** 25 / 04 / 2019

**Banca Examinadora:**



---

Prof. Me Helves Belmiro da Silveira  
Orientador – UNIFESSPA



---

Prof. Esp. Osmar Tharlles Borges de Oliveira  
Examinador interno – UNIFESSPA



---

Profa. Valdineia Rodrigues Lima  
Examinadora interna – UNIFESSPA

## AGRADECIMENTOS

Grata, antes de tudo, ao Mestre dos Mestres por ter me abençoado até o presente momento e ter permitido minha chegada até essa etapa. Agradeço também a esta Instituição, ao corpo docente, ao administrativo, direção e coordenação por ter, ao longo do curso, colaborado para que hoje eu tenha uma visão que vislumbra a possibilidade de novas perspectivas a serem implementadas na comunidade. Cada docente de maneira única contribuiu de forma especial para minha formação, todas as noites em claro e todo o tempo dedicado ao estudo foi de imensa valia para o meu aprendizado, formação acadêmica e principalmente para agregação de valores como cidadã.

Ao professor Mestre Helves Belmiro da Silveira, meu orientador, pelo incentivo e suporte dado, tanto no decorrer do curso quanto na execução deste trabalho. À professora Fátima Cirqueira e ao Issam Mota Belém que também contribuíram imensamente para que a conclusão do trabalho fosse possível. À professora Valdineia Rodrigues, que tanto quando era aluna como agora sendo servidora da Unifesspa, sempre foi uma incentivadora em todos os aspectos positivos, sem contar que sempre se colocou à disposição para tudo que estivesse ao alcance dela e continua se doando profissionalmente com excelência para todos os acadêmicos da Instituição.

A minha família, à minha amiga Kamila Rose Alves pelo companheirismo e aos demais amigos que estiveram comigo diante das dificuldades sempre me animando e me lembrando, sempre que necessário, que o futuro é constituído de sacrifícios e constante dedicação do presente. E a todos que, de alguma forma, contribuíram para que fosse dado esse importante passo na escada da minha realização pessoal.

## RESUMO

O presente trabalho aqui apresentado, versa sobre a evasão escolar na E.M.E.F. Izabel Dias no ‘Distrito de Barreira dos Campos, município de Santana do Araguaia- Pará, problema que vem afligindo inúmeras escolas no Brasil. E nesta unidade não é diferente. A pesquisa é de caráter quantiquantitativo e traz em seu bojo o levantamento de dados nos anos de 2015 a 2017 dos discentes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental anos finais de acordo aos informes em visita in loco com verificação em documentos escolares. Para maiores conhecimentos de causa, foi elaborado questionário dirigido a alunos e professores, contendo cinco (5) questões abordando situações cotidianas tais como: faixa etária, evasão escolar, fator socioeconômico, formação gradual (professor) dentre outros assuntos referente à pesquisa que consta no corpo deste documento, objetivando identificar e estudar as causas da evasão e redigir um trabalho que seja uma ferramenta para adesão a práticas que garantam a permanência do aluno no meio educacional e conscientização do mesmo para a importância da educação em sua vida. Após análise do material, o qual fundamentou o estudo, foram identificadas diversas causas de evasão escolar na unidade ora citada, sendo: parte econômica, reprovação por mais de uma vez, dificuldades em algumas disciplinas, dentre elas Língua Portuguesa e Matemática. Quanto aos professores, o mais agravante diz respeito à falta de formação nas áreas afins e também continuada. Sem elas as possibilidades de desenvolverem novas práxis torna-se as vezes até impossível. Portanto, a partir dos dados obtidos, foi alcançado o objetivo esperado de forma relevante, encontrando soluções a reduzir a problemática em estudo, que foram: mais ações por meio de técnicos educacionais locais, motivação por meio dos pais e alunos e toda sociedade em geral, fazendo acontecer de fato o que é educação de qualidade.

**Palavras-chaves:** Educação. Ensino – aprendizagem. Evasão escolar Formação continuada. Qualidade de ensino.

## ABSTRACT

The paper presented here deals with school dropout in E.M.E.F. Izabel Dias in the District of Barreira dos Campos, municipality of Santana do Araguaia-Pará, a problem that has afflicted many schools in Brazil. And this unit is not different. The research is quantitative in nature and brings in the data collection in the years 2015 to 2017 of the students from the 6th to the 9th year of elementary school according to the reports in an on-site visit with verification in school documents. For a better knowledge of the cause, a questionnaire was developed for students and teachers, containing five (5) questions addressing everyday situations such as: age range, school dropout, socioeconomic factor, gradual training (teacher) among other subjects related to the research body of this document, aiming to identify and study the causes of evasion and write a work that is a tool for adherence to practices that guarantee the permanence of the student in the educational environment and awareness of the same to the importance of education in their life. After analyzing the material, which was the basis of the study, several causes of school dropout were identified in this unit, being: economic part, reprobation for once again, difficulties in some subjects, among them Portuguese Language and Mathematics. As for the teachers, the most aggravating one is the lack of training in related areas and continued. Without them, the possibilities of developing new praxis sometimes become impossible. Therefore, from the data obtained, the expected objectives were achieved in a relevant way, finding solutions to reduce the problem under study, which were more actions through local educational technicians, motivation through parents and students and all society in general, making in fact what is quality education.

**Keywords:** education. School dropout. Teaching learning. Continuing education. Quality of teaching.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação matriculados x desistente no ano 2015 .....	30
Tabela 2 – Relação matriculados x desistente no ano 2016 .....	31
Tabela 3 – Relação matriculados x desistente no ano 2017 .....	31
Tabela 4 – Relação dos matriculados x desistentes anos 2015, 2016 e 2017 .....	32

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Desistentes nos anos 2015, 2016 e 2017 .....	32
Gráfico 2 – Desistência no ano de 2015 .....	33
Gráfico 3 – Desistência no ano de 2016 .....	33
Gráfico 4 – Desistência no ano de 2017 .....	34
Gráfico 5 – Fator idade dos alunos do 6º ano .....	36
Gráfico 6 – Fator idade dos alunos do 7º ano .....	36
Gráfico 7 – Fator idade dos alunos do 8º ano .....	37
Gráfico 8 – Fator idade dos alunos do 9º ano .....	37

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1</b>	<b>Justificativa e desenvolvimento da temática .....</b>	<b>11</b>
<b>1.2</b>	<b>Problematização do tema .....</b>	<b>11</b>
<b>1.3</b>	<b>Objetivos.....</b>	<b>12</b>
1.3.1	Objetivo geral .....	12
1.3.2	Objetivos Específicos .....	12
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>A escolha do campo de investigação e os sujeitos da pesquisa .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2</b>	<b>Identificação dos sujeitos da pesquisa .....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL .....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>EDUCAÇÃO: DIREITOS E DEVERES.....</b>	<b>22</b>
<b>4.1</b>	<b>Base Nacional Comum Curricular– Qualidade de ensino .....</b>	<b>23</b>
<b>4.2</b>	<b>Mas, afinal o que é educação de qualidade? .....</b>	<b>26</b>
<b>5</b>	<b>EVASÃO ESCOLAR, CAUSAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES.....</b>	<b>28</b>
<b>5.1</b>	<b>Pequeno cenário da realidade da educação brasileira .....</b>	<b>29</b>
<b>5.2</b>	<b>Evasão escolar no Estado do Pará .....</b>	<b>30</b>
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>32</b>
<b>6.1</b>	<b>Metodologia aplicada à coleta de dados, causas da evasão escolar e possíveis soluções .....</b>	<b>34</b>
<b>6.2</b>	<b>Demonstrativo da coleta de dados dos docentes e discentes .....</b>	<b>35</b>
<b>6.3</b>	<b>Problemas e possíveis soluções .....</b>	<b>39</b>
6.3.1	Soluções para reduzir o índice de evasão .....	39
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS DOCENTES .....</b>	<b>45</b>
	<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS DISCENTES.....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aqui apresentado, relatará sobre uma pesquisa caracterizada pela da evasão escolar no Distrito de Barreira dos Campos no município de Santana do Araguaia-PA nos anos de 2015 a 2017 com os discentes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e professores da instituição de ensino.

A metodologia aplicada deu-se através de visita in loco para coleta de dados uma vez que esta é de caráter quantiqualitativa. Este estudo teve como objetivo principal levantar e elencar as causas da evasão escolar que vem abalando o sistema municipal de ensino no Distrito de Barreira dos Campos no município de Santana do Araguaia-PA e ao mesmo tempo sugerir novas práticas educacionais a fim de tornar a evasão um fator que ficará no passado.

No corpo textual, serão discorridos três capítulos assim distribuído: O primeiro fará breve histórico sobre a História do Ensino Fundamental no Brasil iniciando pela chegada dos portugueses, catequização indígena, leis criadas pelos dominantes da coroa de Portugal que traziam influências educacionais daquele País, chegando até os nossos dias atuais.

O segundo capítulo abordará temática sobre os direitos e deveres do cidadão dentro do âmbito educacional, que fará uma simples pergunta: A quem pertence essas incumbências, somente famílias e Estado ou vice-versa? A educação de fato é um direito ou dever de um povo? Diante dessas inquietações as respostas encontram-se dentro da Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394, 1996), esta vem dar um passo ao desenvolvimento da sociedade em todas as áreas, seja ela no âmbito familiar, social e profissional.

Não bastasse somente a LDBN, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) em diversas audiências públicas, discute e após muitos questionamentos, homologa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). Esta traz em seu conteúdo novos questionamentos sobre educação de qualidade, suas competências e habilidades que devem ser desenvolvidas não só pelo aluno, como também pelo professor que deve e necessita estar em constante formação para almejar melhorias ao discentes, porque esses sim merecem um ensino que o norteará rumo a um futuro promissor.

O terceiro e último capítulo discorrerá sobre como alguns teóricos e as leis vigentes tratam a Evasão Escolar, as causas e possíveis soluções. Evidentemente, cada um com seu posicionamento. Dentro do mesmo tópico, será abordada uma pequena demonstração de como se encontra o cenário da educação brasileira, evasão escolar no Estado do Pará e por fim,

coleta, análise de dados na E.M.E.F. Izabel Dias sobre a temática em questão, seguida de sugestão para minimizar a problemática da pesquisa abordada.

### **1.1 Justificativa e desenvolvimento da temática**

Esse trabalho tem como marco principal uma discussão sobre a evasão escolar na E.M.E.F. Izabel Dias situada no Distrito de Barreira dos Campos, cuja motivação inicial foi o fato de que ainda não houveram registros a respeito do tema no município e para que o trabalho sirva como uma ferramenta para que possam ser adotadas técnicas e metodologias a fim de levar a evasão a um acontecimento em extinção.

O público alvo compreende os ribeirinhos, pescadores, filhos de professores e de senhoras do lar. Os anos em pesquisa dar-se-ão de 2015 a 2017 com discentes do 6º ao 9º ano. Baseado em dados coletados e em seguida analisados, foi possível detectar que o índice do estudo desenvolvido é considerado alto de acordo com os gráficos do capítulo terceiro deste documento.

Foi pensando nesse desconforto, que surgiu a necessidade de elaborar e desenvolver o estudo para identificar as causas da evasão e assim trabalhar em cima da mesma, para que os índices relacionados a esse desvio dos discentes sejam cada vez menores.

### **1.2 Problematização do tema**

A evasão traz consequências em diversos âmbitos, pois profissionalmente pode resultar em limitações para assumir cargos que exigem formação acadêmica, a baixa escolaridade pode comprometer a consciência de direitos e deveres, dificultando e até comprometendo a escolha com relação ao discernimento de governantes e a conscientização da importância dele na estruturação da sociedade.

Sendo assim, essa pesquisa procura responder o seguinte questionamento: **“Quais fatores contribuíram para a evasão dos discentes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da E.M.E.F. Izabel Dias no Distrito de Barreira dos Campos no município de Santana do Araguaia-PA nos anos de 2015 a 2017?”**

No decorrer da pesquisa, observou-se que alguns fatores levam à evasão escolar dos discentes da localidade. Esses são inúmeros: auxílio à família no quesito financeiro, falta de motivação em sala de aula devido os docentes não possuírem a formação adequada,

dificuldades de assimilar os conteúdos programáticos, ausência de novas práticas metodológica com visão de novos horizontes a serem conquistados, dentre outros.

Com todos esses obstáculos, ocorrerá baixa aprendizagem e conseqüentemente a reprovação e o mais provável a desistência do discente. Ressaltando que os índices apresentados não são satisfatórios e estão inseridos nos capítulos a seguir.

### **1.3 Objetivos**

Ao desenvolvimento da pesquisa foram elaborados objetivo geral e específicos. Este serão discorridos abaixo.

#### **1.3.1 Objetivo geral**

O objetivo geral da pesquisa explicitamente é identificar e estudar as causas da evasão e conseqüentemente redigir uma produção textual que sirva como uma ferramenta para que possam ser adotadas técnicas e metodologias que apresentem resultados satisfatórios no que diz respeito a manter o aluno inserido no meio educacional de forma que o mesmo tenha a consciência da importância da educação em sua vida.

#### **1.3.2 Objetivos Específicos**

Quanto aos objetivos específicos, elencaram-se:

- Verificar junto aos alunos da educação básica o que os motivam na hora da desistência escolar;
- Verificar se a questão socioeconômica influencia na desistência do aluno;
- Analisar se a dificuldade em algumas disciplinas serve como fator impulsionador na desistência escolar;
- Investigar qual a área de formação dos docentes;
- Considerar as melhores sugestões a serem feitas a partir da análise dos dados;

## 2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O procedimento utilizado para execução da pesquisa deu-se através de visita in loco com aplicação de questionários a 08 (oito) professores e 60 discentes contendo 05 (cinco) perguntas a cada segmento. O uso desse método apresentou dados reais às causas em estudo.

### 2.1 A escolha do campo de investigação e os sujeitos da pesquisa

A determinação pela escolha do campo de investigação e os sujeitos da pesquisa ocorreu pelo desejo de buscar informações quanto à evasão escolar no Distrito de Barreira dos Campos, em específico a E.M.E.F Izabel que fica distante da área urbana a 60 km e possui um número significativos de jovens que por algumas razões tinha sua trajetória resultando na evasão a carreira estudantil. Quanto aos docentes, estes têm formação em Pedagogia (6), Matemática (1) e Geografia (1).

**Figura 1 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Izabel Dias**



Fonte: Site da Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: [http://semedsantana.com/wa\\_images/img-20190123-wa0011.jpg?v=1e76lpn](http://semedsantana.com/wa_images/img-20190123-wa0011.jpg?v=1e76lpn). Acesso em 13 abr. 2019.

## **2.2 Identificação dos sujeitos da pesquisa**

Os sujeitos da pesquisa foram os discentes de faixa etária entre 10 a 17 anos de idade referentes ao 6º e 9º ano e professores que ainda não possuem formação na área afim. Isso traz dificuldades ao ensino e aprendizagem.

Em suma, sabe-se que o referido trabalho foi de grande valia em questão de conhecimento não só a acadêmica, mas também à comunidade do Distrito de Barreira dos Campos no município de Santana do Araguaia- Pará.

### 3 HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL

Para discorrer sobre a História do Ensino Fundamental no Brasil, faz-se necessário em primeiro lugar, tecer algumas informações do início da educação no País. Tudo começou com a chegada dos portugueses em terras brasileiras no ano de 1.500. O foco principal era a catequização dos indígenas pelos Jesuítas. Essa educação tinha como princípios os segmentos da Igreja Católica, que claramente mantinha vínculo muito forte com as autoridades do governo português. O “objetivo geral desse trabalho com essa nova gente, os “indígenas”, era a conversão da alma dos mesmos à fé cristã” (CAMINHA, 1963, p. 60).

Assim, o período do ano de 1549 ao ano 1759, marcado com a chegada de um número significativo de padres jesuítas, organizados por Nóbrega, vem marcar com precisão o começo da História da Educação no Brasil. Sendo Padre José de Anchieta o nome de maior destaque nesse trabalho, por ser o maior catequizador da época.

De acordo com Manuel da Nóbrega e João Adolfo Hansen (1954), a educação no Brasil discorreu em vários períodos: nos anos de 1.760-1808, período conhecido como Pombalino, ocorre a expulsão dos jesuítas trazendo retrocesso ao conhecimento adquirido pelo povo através de métodos repetitivos, a memorização e avaliações realizadas por período determinado (provas).

Com esse desastroso ocorrido, a expulsão dos jesuítas, a educação passa a tomar novos rumos. O Estado toma a responsabilidade para si e promove a primeira experiência de ensino. As aulas receberam nova nomenclatura: “aulas régias”.

Seguindo a análise cronológica para a década de 1808–1821, temos logo no início, em 1808, a mudança da Família Real, fato que viabilizou mudanças significativas no campo da educação, tais como: refundação da academia militar, atualmente Academia Militar das Agulhas Negras, criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Imprensa Régia e a transferência da Biblioteca Real para o Brasil. Mesmo com todos esses avanços a educação em si continuou sendo secundária, uma vez que a população continuava sem conhecimento, sem civilização e desprovidos de cultura. Ou seja, foi um período de decadência.

Outro período marcante foi o Período Imperial (1822-1889) no qual D. João VI volta a Portugal em 1821. Em 1822 houve a Proclamação da Independência do Brasil e em 1824 é outorgada a primeira Constituição brasileira.

Esta Carta Magna regia em art. 179 que a: “instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”, sendo a mesma a Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I. Dessa forma, os “avanços”

continuaram, apesar das dificuldades que eram enormes devido à falta de conhecimento do povo.

E sobre isso, Vasconcelos (2003, p.33) afirma:

Que do ponto de vista da classe dominante, é um contrassenso oferecer um ensino popular de qualidade, pois este ajudaria as pessoas a compreenderem melhor a realidade em que vivem e a desvendar as relações, a se valorizarem, a exigirem seus direitos. (VASCONCELOS, 2003, p.33).

O autor quis então chamar atenção para a realidade de que nação com conhecimento traz desconforto as autoridades. Isto porque novas ideias são norteamento de avanços ao novo modelo de vida.

Nos anos de 1823, é instituído o Método Lancaster que corresponde ao treinamento de um aluno para ensinar à quantidade de outros 10 (dez) a alunos, este discente treinado estava sob a competência de um inspetor com grau de escolaridade maior. Em 1826 teve a criação de um Decreto instituindo quatro graus de instrução, sendo eles: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias.

Em 1827 foi apresentado um projeto de lei que propunha a criação de Pedagogias que viesse a contemplar todas as cidades e vilas. Dentro do teor textual havia algumas vantagens: seleção de professores após passar por exame e serem nomeadas ao cargo, criação de escolas somente para meninas e o lançamento de um decreto de criação de duas faculdades de Direito.

Quando chegou no Período da República Velha (1889-1929) as escolas criadas em anos anteriores, adotaram influências da filosofia positivistas e de acordo com a Reforma de Benjamin, as mesmas eram orientadas a seguir os princípios de: liberdade e laicidade do ensino e passou a ser adotada a ideia da escola primária ser gratuita a todos. Tais norteamentos e “direitos” constavam na Constituição Brasileira. Na década de vinte, muitos fatos relevantes se sucederam: Movimento dos 18 do Forte (1922), a Semana da Arte Moderna dentre outros.

Neste período, o ensino sofreu turbulências tais como: extinção do diploma, a troca de certificado de assistência e aproveitamento, além da transferência dos exames de admissão para as faculdades ao ensino superior.

No período de 1930-1936, época da Segunda República o Brasil passa um momento diferenciado, constituído pela entrada do capitalismo e sua investidura no campo da produção industrial. Com isso, a utilização da mão de obra era fundamental, porém era necessário investir na educação. Somente em 1930, foi criado o Ministério da Educação e em seguida expedição de decretos que objetivavam a organização do ensino secundário e as universidades

brasileiras ainda inexistentes. Os respectivos Decretos assim ficaram conhecidos como: “Reforma Francisco Campos”.

Em 1932 ocorre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, formado por educadores insatisfeitos com os rumos que a educação estava tomando, logo no ano de 1934, dois anos após as inquietações dos professores da época, é inserido na Constituição brasileira, o seguinte artigo:

Art.149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrado, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (DOU de 16.7.1934 - Suplemento e republicado em 19.12.1935).

No de 1934, foi criada a Universidade de São Paulo e em 1935 o Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, cria a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. A concessão da nova Constituição ocorreu no decorrer do Estado Novo (1937-1945). Neste contexto, a política educacional, direcionava as atividades para um número maior de pessoas que utilizavam a mão de obra ao mercado de trabalho. O ensino continuava gratuito e obrigatório, entretanto haviam evidências da diferença entre a intelectualidade e o manual relacionados aos labores e o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas. Segundo estudos realizados, nessa época o ensino primário tinha duração de cinco anos.

Na Era da República Nova (1946-1963) a Nova Constituição torna obrigatória a responsabilidade da União de criar diretrizes e bases para melhorias no campo educacional e determina o cumprimento do ensino primário, reforçando que a educação é direito de todos. Nesse mesmo ano através do Ministério de Educação, é criado um grupo de representantes de professores e estes elaboram anteprojetos no intuito de reformar a educação do País. Dentre essas comissões foram organizadas três subcomissões: uma para o Ensino Primário, outra para o Ensino Médio e a terceira para o Ensino Superior. E no mês de novembro de 1948 o referido anteprojeto foi encaminhado à Câmara Federal.

Foram diversas discussões. Dentre elas, alterações nos textos constitucionais eram a base dos embates, principalmente no tocante à educação voltada dos anos de 1930.

Após longos anos de inúmeros debates, promulga-se a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961. No teor textual dessa lei, o anteprojeto elaborado pela comissão não foi aceito, e sim foram aderidas as ideias e reivindicações da Igreja Católica e dos donos de grupos escolares

particulares de ensino. Estes defendiam a centralização da estatal referente à oferta da educação aos brasileiros.

Em consonância, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/1961, em seu art. 25 rege o seguinte: “O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social.” (BRASIL, 1961, p. 6) e de acordo com esse artigo, ficava evidente o grau de evolução esperado pelo órgão maior da educação Ministério da Educação e Cultura (MEC), objetivando melhorias no pensar, agir e realizar das atividades dos educandos. Ressaltando que antes, o ensino era visto com algo aleatório. A partir desta legislação, novos caminhos foram ajustando-se e tomando novos rumos.

Baseado na mesma legislação, em artigo 27 (1961, p. 6): “O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos ao seu nível desenvolvimento”.

Partindo dessa obrigatoriedade, entendia-se que a partir dessa faixa etária, a criança estaria em idade desproporcional a executar os exercícios propícios conforme o que fora estudar.

No ano de 1971, a LDB, sofre alterações em diversos artigos. Inclusive o citado acima, passando a ter nova redação:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1971, p. 4).

No artigo citado anteriormente, percebe-se a preocupação das autoridades competentes em se tratando à qualificação do cidadão. Uma vez dotado de conhecimento, a facilidade de melhorias de vida, torna-se mais dinâmica em todos os aspectos, isto ocorre porque o processo educativo deve ser transformador, inovador e motivador.

Segundo Paulo Freire, afirma:

O processo educativo ocorre porque o ser humano é inacabado e precisa possuir consciência de seu inacabamento, de ir além, de não ser determinado (podemos ser influenciados, mas não determinados). Onde há vida, há inacabamento... [Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão]. (FREIRE, 1987, p.90).

Com essa afirmação analisa-se que a partir de um bom ensino, o homem conceberá uma boa qualidade de vida, não só para si, mas também no coletivo.

Em retomada às questões de legislação, o governo no ano de 1971, revoga alguns artigos da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, considerando que deveria haver mudanças nos rumos que a educação tomaria, principalmente nos quesitos faixa etária e aonde seria ministrado o ensino. Veja o artigo a seguir: “Art. 23 - A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância. (Revogado pela Lei nº 5.692 de 1971)”.

Esse passa a ser lido de acordo às alterações:

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.  
§ 2º - Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes. (BRASIL, 1971, p. 4).

Com essa nova redação, interpreta-se que o respeito ao desenvolvimento de acordo à faixa etária do aluno era primordial ao processo de aprendizagem. Isto em razão de que cada fase requer um olhar e cuidado especial, assim como afirma Piaget:

Devemos respeitar as fases de uma criança: estas vão do período sensório-motor (0-2 anos) aos Períodos simbólico ou pré-operatório (2-7 anos), lógico-concreto (7-12 anos) e formal (12 anos em diante). Cada uma delas tem seu grau de desenvolvimento. (PIAGET, 1970, p.22).

Piaget (1970) com essas colocações, prima por avanços significativos da criança. Apesar dos inúmeros estudos, alterações na parte da legislação brasileira quanto ao campo educacional não pararam. Durante todos esses anos, os debates continuaram para melhor especificar os direitos e deveres do Estado, família e sociedade no que tange a educação. Assim seguem algumas especificações:

Art. 2º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.  
Art. 3º O direito à educação é assegurado:  
I - pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor;  
II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada à insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos (BRASIL, 1961, p.1).

A referida lei é revogada e nos anos de 1971 o cenário mudou trazendo modificações significativas à sociedade que em momento algum calou-se diante das desigualdades sofridas ao longo do decorrer histórico.

No ano de 1996 uma nova luz surge: é criada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, a mesma enfatiza os padrões éticos e princípios, como pode ser observado no primeiro artigo:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p.1).

Essa abrangência foi de fundamental importância no que diz respeito à formação do cidadão. Essa dar-se-á nos diversos aspectos da vida e em todo lugar. Nesse processo, de acordo com Freire (1983) todos estão se educando, ele reflete sobre a necessidade de se educar, como um processo de solidariedade humana baseada nos princípios dos próprios ideais de vida voltados ao social, coletivo e individual. Sabendo respeitar-se, ser tolerante e considerar as diversidades do mundo em que está inserido.

Todos os quesitos são primordiais, ressaltando que uma boa educação se faz com eficiência das políticas públicas, leis e sabedoria dos gestores, sejam eles nas esferas nacionais, federais e estaduais respeitando as normatizações baixadas pelo órgão competente, o Ministério da Educação.

No ano de 2010, o Conselho Nacional de Educação baixa resolução sobre novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos- Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010.

Tal resolução deu-se em razão da Lei nº 11.274 de 2006 que em seu artigo 32 rege que “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão [...]”.

O que antes era de no mínimo de oito anos, o novo texto redacional acrescenta mais um ano, fortalecendo desta forma a aprendizagem aos discentes. Assim todos os avanços dentro do cenário político educacional trazem benefícios ao coletivo, assim como afirmam Frigotto (2010) e Saviani (2010):

Concebemos a Educação não como um fator, mas como “uma prática social, uma atividade humana histórica que se define no conjunto das relações sociais”. (FRIGOTTO, 2010, p. 33); tendo como função [...] produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens. (SAVIANI, 2000, p. 17).

Em síntese, a partir do referido estudo sobre a trajetória da educação no Brasil, ficou explícito que a participação da sociedade em busca do conhecimento científico foi notável,

apesar das lutas, dificuldades e desconfortos entre classes, a humanidade caminha para o seu desenvolvimento esperado no intuito de alcançar seus objetivos e metas, tanto no familiar, social, profissional quanto no cognitivo.

#### 4 EDUCAÇÃO: DIREITOS E DEVERES

Quando o assunto é educação, busca-se o embasamento legal dentro da legislação brasileira a fim de saber de fato quem tem direito a esse patrimônio da vida humana.

Segundo a Constituição Federal, em artigo 205 rege:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988)

Baseado nesse princípio fica evidente que todo e qualquer cidadão tem o referido direito. O mesmo artigo menciona de quem são as responsabilidades: primeiro do Estado e em seguida a família. No tocante ao Estado, dar-se-á na organização da estruturação dos sistemas de ensino seguidos da parte burocrática, essencial ao bom andamento dos órgãos competentes. Quanto à família, esta deve ser a base de uma sociedade justa e igualitária.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, de acordo aos princípios, subjuga:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p. 1).

Desse modo, a família, ponto crucial da sociedade, toma como responsabilidade os primeiros ensinamentos básicos familiares. Mesmo não sendo científico, porém de grande valia à convivência humana. Essa aproximação de pais e filhos e vice-versa, trarão sustentabilidade aos vínculos entre si e ajudando a trilhar com sucesso na vida escolar.

Para Oliveira:

A educação não começa na escola. Ela começa muito antes e é influenciada por muitos fatores. Ao longo do seu desenvolvimento físico e intelectual a criança passa por várias fases nas quais a escola da vida, isto é, o ambiente familiar, as condições socioeconômicas da família, o lugar onde se mora, o acesso a meios de informação, têm uma importância muito grande. (CECCON, 2013, p.86)

Portanto, é fundamental que os pais e responsáveis tenham a referida consciência da imprescindibilidade de educar os filhos, ressaltando que uma boa base familiar servirá de espelho ao filho, que não sentirá dificuldades no ato da aprendizagem. Assim as chances de desistências ou evasão escolar serão mínimas e quem ganha com tudo isso é todo o conjunto da sociedade.

A escola aqui entra com seu conhecimento científico, o que irá preparar o cidadão ao mundo dos trabalhos, já os pais devem manter relacionamento de forma compartilhada, integrada e associada para que juntos possam falar a mesma língua objetivando os mesmos ideais.

#### **4.1 Base Nacional Comum Curricular– Qualidade de ensino**

Para dar início a esta subseção, faz-se necessário entender o que é reprovação escolar. De acordo a Demerval Saviani (1992) o aluno deve ser preparado para a aquisição de saberes científicos através dos ensinamentos escolares, ou seja, aqui o autor abomina o vocábulo reprovação, considerando a criança como um ser dotado de saberes, sejam eles empíricos ou não.

Esse fator histórico em nosso País não é de hoje. O fracasso escolar vem sendo tema de debates entre grandes empresas, uma delas o Banco Mundial, este sugere que a aprovação seja automática, no intuito de minimizar inúmeros problemas ocasionados pela reprovação escolar.

Lisia Helena Nagel afirma:

Pelo mesmo esquema de separação do todo das partes, a negação da reprovação escolar, firmada apenas como produto de professores mal qualificados, escondendo-se como condição necessária para repasses financeiros dos organismos internacionais, ainda não foi examinada em suas consequências sociais...[...] A aprovação compulsória como decisão anterior a aferição de conhecimentos, deve ser comprovada a eficiência de um sistema falido, o descompromisso com as futuras gerações, só se perde a história como horizonte possível. (NAGEL, 2001, p.27).

Através dessa afirmação, o que a autora reporta diz respeito a questão das responsabilidades provinda da sociedade. Esta necessita estar organizada para assim saber de fato o que se almeja.

O autor Celso Vasconcelos (2005) associou a causa da evasão escolar com o mal fazer pedagógico que é essencial ao processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, sendo estes essenciais a plenitude do exercício da cidadania e qualificação para o mundo do trabalho.

Através da reprovação, condição motivadora à falta de estímulo ao estudo, tudo se torna mais dependioso, devido a não obtenção de conhecimento preciso. Dentre esta interpretação, a aprovação deve ser o caminho evidente para que a qualidade do ensino far-se-á imprescindível.

## Segundo Paro:

A aprovação automática, apesar de seu valor intrínseco, não está imune a sua utilização como propósitos alheios à promoção da qualidade do ensino. A impressão causada pelas altas taxas de reprovação escolar nos sistemas de ensino tem levado governantes impopulares a lançar mão de expedientes nada pedagógicos para provocar a queda dessas estatísticas, de modo que tais quedas tenham sido resultado de alguma melhoria na eficiência da escola. (PARO, 2003, p.29).

A educação brasileira desde a década de 1990, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), lançados pelo Ministério da Educação (MEC), normatiza novas diretrizes aos avanços dos saberes educacionais. Estes trazem em seu bojo objetivos precisos a cada disciplina ministrada pelo docente, tanto aos anos iniciais e finais como também ao ensino médio.

O próprio Ministério da Educação ao publicar os volumes (PCNs) de orientações escolares, em seu contexto abordava não somente os conteúdos programáticos existentes no Livro Didático, como também abordava outras temáticas, tais como: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural. E incorporava ainda outros assuntos a esses temas transversais.

Quanto ao fazer pedagógico, trazia inovação. Utilizava a interdisciplinaridade como fator chefe à novas descobertas do conhecimento. Desde o planejamento até a forma de avaliar. Não ficavam apenas nos modelos de provas bimestrais, aplicavam outros como: testes, avaliação da participação individual e coletiva, trabalhos, entre outros. Todos esses quesitos pautados dentro do Projeto Político Pedagógico e também os designados pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional em seu artigo 12 regem que seus sistemas de ensino devem respeitar as normas comuns, assim como elaborar sua proposta pedagógica e ter como foco principal mecanismos para recuperar os alunos de menor rendimento, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional e colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

A unidade escolar cumprindo o que determina a legislação vigente perceberá que o trabalho fluirá, o preenchimento de lacunas acontecerá e o processo de ensino e aprendizagem notavelmente será efetivado no coletivo. Além disso é de extrema relevância a participação do corpo docente e discente na elaboração desse documento marco. Uma vez bem direcionado e verificando os pontos primordiais, os problemas poderão ser sanados, um deles a evasão escolar. A este questionamento, em conformidade com as ideias de Tardif (2000) a prática de

avaliar o aluno deve ser significativa, com olhar investigativo, reflexivo sobre a forma de aprender, fazer, conviver, organizando o cenário para evitar a reprovação.

Um importante salto à educação é a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, através da Lei nº 13.005/2014, a mesma em sua composição traz 21 metas e diversas estratégias a serem colocadas em prática pela busca de melhor rendimento escolar dos discentes (PNE, 2014).

A sociedade unida, tentando encontrar soluções aos problemas educacionais antigos, não consegue ver de fato uma educação de qualidade. Os dados apresentados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no ano de 2018 através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (2018) quanto aos matriculados no ensino fundamental no Brasil detectaram que em 2017 houve queda significativa, chegando a 14,2% ao ano anterior, isso em decorrência a diversos fatores, tais como: evasão escolar, distorção idade série, reprovação, mudança no perfil demográfico da população.

Com baixo rendimento no Ensino médio, o MEC aponta que 11% da população jovem evade da escola. Diante de tamanhas problemáticas, o MEC por meio documental homologa em dezembro de 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com o seguinte objetivo:

Formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2017, p.8).

A partir da formulação dos currículos, partindo de uma esfera maior, os demais Estados e municípios nortearão como se darão processo de elaboração desse documento que é indispensável aos Sistemas Estaduais e Municipais de ensino. Com ele, novos eixos programáticos, estratégias de ensino, métodos avaliativos serão enfatizados para melhoria do processo ensino aprendizagem.

Para cada item, evidentemente serão especificados a verdadeira precisão destinado aos assuntos que serão abordados. Diante desse novo modelo educacional e dentro dos pressupostos determinados pela Base Nacional Comum Curricular há correspondência com a melhoria de ensino e conseqüentemente com a priorização da aprendizagem, dois campos que terão maior destaque no desenvolvimento das competências e habilidades.

Toda proposta da Base Nacional Comum Curricular (2017) servirá para a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, para o estímulo à sua aplicação na vida real e no que diz respeito à importância do contexto, será útil para dar sentido ao que se aprende e ao protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida.

A Base Nacional Comum Curricular para atender às finalidades dentro do espaço educacional, determinar e reconhecer a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

A referida determinação, claramente vem trazer pontos positivos à aprendizagem, que ora antes para muitos eram vistas como difícil, contudo, a partir desse novo modelo educacional, abre espaço para o conhecimento, tanto aos docentes que para transmitir um bom ensino necessitam receber do poder público formação continuada para acompanhar os avanços da educação, quanto aos discentes, os maiores interessados a obtenção de uma educação de qualidade.

#### **4.2 Mas, afinal o que é educação de qualidade?**

Falar em educação de qualidade é reportar-se a uma gestão democrática conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), esse é um dos princípios.

Segundo Paro (2016, p. 13) uma “educação de qualidade no Brasil é utopia. Isso porque muitos consideram que os problemas familiares, sociais, profissionais irão ser resolvidos no espaço escolar. E a coisa não funciona assim.”

A colocação que o autor faz em relação aos problemas enfrentados pela sociedade nos últimos anos, são fatores que se arrastam há décadas e esses não serão resolvidos por uma instituição chamada escola. Esta por vez já tem inúmeros desafios a sanar em seu cotidiano, que em maioria das vezes, se perde no meio do caminho, realizando afazeres que não estão em seus projetos.

Para que tais situações não venham ocorrer, é preciso que a escola elabore junto com sua comunidade o Projeto Político Pedagógico almejando alcançar os objetivos propostos discutidos pelos elaboradores do referido documento.

Segundo Vasconcelos, o projeto político pedagógico:

é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico – metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELOS, 2004, p. 169).

A elaboração do PPP é o primeiro passo para o bom andamento da escola. Sem ele, as metas e ações que devem ser desenvolvidas findam, não acontecendo por falta de planejamento. Nele constará a realidade e o que se quer alcançar. Ele é visto como um referencial guia aos professores que após participarem dessa construção colocarão em prática suas ideias que tem como foco principal, o aluno.

Gadotti (1994) especifica que a elaboração do projeto político pedagógico permite uma mudança de concepção sobre a escola pública, em que passa de aparelho burocrático do Estado, para um meio de reflexão das conquistas da comunidade. Conquistas essas que são: melhora no ensino e aprendizagem e diminuição da reprovação e evasão escolar.

O sistema de ensino, dentro de suas incumbências, segue os estabelecidos as leis vigentes (LDBN, 9394/96) art.14 e 15, oportunizando a sociedade a participar e envolver-se nas tomadas de decisões, fazendo acontecer de fato uma gestão pública de qualidade.

Em suma, através de uma gestão democrática, pode-se chegar a uma educação que venha produzir bons rendimentos, porque a escola é lugar de construção, reconstrução, fazer o novo e sistematizar o que era desconhecido. Tudo isso pode acontecer com a participação não só dos alunos, mas também de pais, professores, gestores, coordenadores e sociedade em geral.

## 5 EVASÃO ESCOLAR, CAUSAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Neste capítulo serão abordadas as seguintes temáticas: o que é evasão escolar, suas causas e possíveis soluções.

Na Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional nº 9.394 (1996), no artigo 3º o inciso I rege que o ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

O vocábulo evasão escolar e conseqüentemente fracasso escolar, tem sido assuntos abordados dentro dos espaços escolares. Essas situações a cada ano vêm se alarmando em decorrência de diversos fatores, os econômicos, atingindo principalmente, de acordo com o IBGE (2018), os jovens de faixa etária entre 15 e 17 anos.

A questão da desistência escolar não é atual. Advém de épocas passadas, quando o processo de ensino e aprendizagem no Brasil não era visto com tamanha importância pelos órgãos competentes, uma vez que os frequentadores dos grupos escolares, assim eram chamados, eram trabalhadores esperançosos por dias melhores. Infelizmente essa realidade perdura até os dias atuais e a desigualdade social perpetua de forma que a escola tenta combater realizando projetos educativos de acordo com a realidade, porém com pouco sucesso.

Segundo Arroyo afirma:

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando problemas e as soluções com políticas regionais e locais (ARROYO, 1993, p. 21).

Com essa visão, fica explícito que os transtornos não são de responsabilidades apenas do estudante e sim de um mau gerenciamento das políticas públicas que em sua maioria omite os casos em decorrência de não saberem solucionar o problema e findam “culpando” os discentes por desistirem da carreira estudantil devido ao uso frequente de entorpecentes, gravidez precoce, falta de assistencialismo dos pais ou responsáveis, distorção idade série, dentre outros. Diante de tudo isso, o próprio órgão oficial, o Ministério da Educação e Cultura, em tempos divulga dados que não condizem com a realidade.

De acordo ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2015), o Brasil, em relação à escolaridade a média é de 7,2 anos de estudos. Uma vez que demais países como Chile, Argentina e Bolívia são de 9,7 anos de estudos por habitantes. Resumindo,

no Brasil, a desistência escolar é grande e pouco se faz para solucionar ou minimizar o problema. Para Machado (2009, p. 36) a “evasão escolar é quando o sujeito que não logrou êxito em sua trajetória na escola deixa de frequentá-la apresentando inúmeros motivos justificáveis a si próprio”.

Partindo dessa justificativa, retornar ao ambiente escolar torna-se mais resistente. Ressaltando que para isso acontecer, espera-se do evadido: determinação, querer, força de vontade e necessidade de melhoria na vida e social financeira.

### **5.1 Pequeno cenário da realidade da educação brasileira**

De acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) foi demonstrado através de dados que das 48,5 milhões de pessoas de faixa etária entre 15 a 29 anos, 23% não tinham ocupação de trabalho e nem buscava se qualificar. Esse número em relação a 2016 cresceu 5,9%. Já no ano anterior, ano de 2016, o número de matriculados e frequentando a escola, entre 6 e 14 anos, chegou a 99,2%. Em 2017, para as crianças de 0 a 5 anos houve avanço significativo cerca de 95% e as crianças de 6 a 10 anos no ano de 2017 que cursavam os anos iniciais do ensino fundamental, chegando a um percentual de 95,5%, enquanto isso as de 11 a 14 anos de idade representava 85,6% dos discentes no ensino fundamental anos finais, totalizando 1,3 milhão de pessoas fora da escola e ocasionando o atraso e conseqüentemente a evasão escolar.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) essa problemática a cada dia acentua-se mais no ensino médio. Nesse nível, segundo o Instituto, foi analisado que entre 15 e 17 anos, o ideal era o jovem estar cursando ou finalizado essa etapa, porém, os números são desafiadores, nos quais 87,2% se encontram fora da escola. Os números para essas questões são visíveis, principalmente aos negros e pardos. No mesmo ano, em 2017, as pessoas de 18 a 24 anos de idade, teve taxa de escolaridade de 31,7% contra 32,8 em 2016, quem mais recuou foram as mulheres. No ensino superior no ano de 2017, ajustou-se para 27,9%.

Indubitavelmente, os problemas de evasão escolar ou fracasso escolar não podem ser dissociados, uma vez que um é decorrente do outro e vice-versa. Lembrando que para as problemáticas sempre existem soluções.

## 5.2 Evasão escolar no Estado do Pará

Quando se fala em evasão escolar, imagina-se um assunto longínquo e que não acontece sob as penas do território em que se vive.

Fazendo um apanhado geral sobre a situação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017) e Ministério da Educação (MEC), em monitoramento aos seus respectivos programas, objetivando comprovar a qualidade da educação no País, deixaram-no em estado de alerta em decorrência quanto ao decréscimo no quesito ensino e aprendizagem.

Dados gerais revelaram que 12,9% e 12,7% dos alunos do ensino médio, evadiram da escola de acordo ao Censo Escolar dentre os anos de 2014 a 2015, respectivamente. Não ficando para trás os matriculados no ensino fundamental, anos finais (9º ano) e os alunos do 3º ano fundamental anos iniciais.

Segundo o próprio INEP (2017), enfatiza que a referida problemática é histórica e esses fatos são decorrentes em todas as etapas de ensino. A partir desses informes, fica visível que o Estado do Pará tem a taxa de evasão em todas as etapas, principalmente no ensino médio.

Em alguns municípios do Estado esses números oscilam. Ora se elevam, oram decrescem. Veja como se dá em Santana do Araguaia-Pará em específico na E.M.E.F. Izabel no Distrito de Barreira dos Campos – Pará. Os números aqui coletados são decorrentes aos anos de 2015, 2016 e 2017 com alunos do 6º ao 9º ano do Ensino fundamental anos finais.

Veja as tabelas abaixo:

Tabela 1 – Relação matriculados x desistente no ano 2015

Ano 2015	Matriculados	Desistentes
6º	32	2
7º	27	4
8º	33	6
9º	25	9
TOTAL	117	21

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SEMED-Sec. Municipal De Educação – Santana do Araguaia

Tabela 2 – Relação matriculados x desistente no ano 2016

<b>Ano 2016</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Desistentes</b>
6º	31	4
7º	27	6
8º	27	9
9º	25	9
Total	110	28

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SEMED-Sec. Municipal De Educação - Santana do Araguaia

Tabela 3 – Relação matriculados x desistente no ano 2017

<b>Ano 2017</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Desistentes</b>
6º	30	2
7º	27	5
8º	30	6
9º	27	9
Total	114	22

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SEMED-Sec. Municipal De Educação - Santana do Araguaia

No ano de 2018, a unidade escolar passa a não oferecer o ensino fundamental anos finais por determinação do Sistema Municipal de Educação de acordo ao teor do processo nº 0.86/141217-CME, parecer nº 041/2018 e Resolução de nº 002/2018 CME/SA de 16 de maio de 2018 homologada em 20/05/2018 pelo senhor Secretário Municipal de Educação de acordo com o Decreto Nº 971/2017.

## 6 ANÁLISE DE DADOS

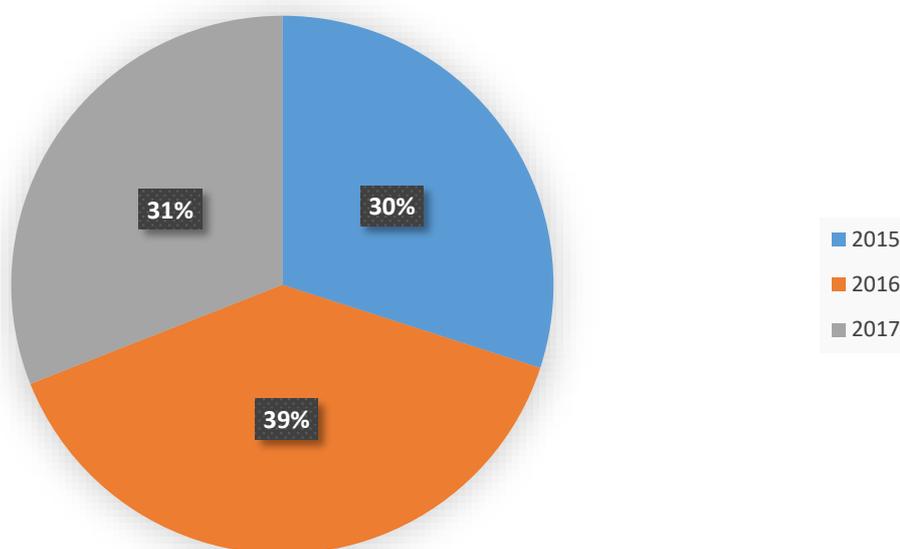
Com base na análise da relação entre a quantidade total de matriculados e os desistentes dos anos de 2015, 2016 e 2017 dos anos finais no ensino fundamental na E.M.E.F. Izabel Dias, temos a tabela seguida do gráfico para ilustrar:

Tabela 4 – Relação dos matriculados x desistentes anos 2015, 2016 e 2017

Anos	Matriculados	Desistentes
2015	117	21
2016	110	28
2017	114	22
Total	341	71

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SEMED-Sec. Municipal De Educação - Santana do Araguaia

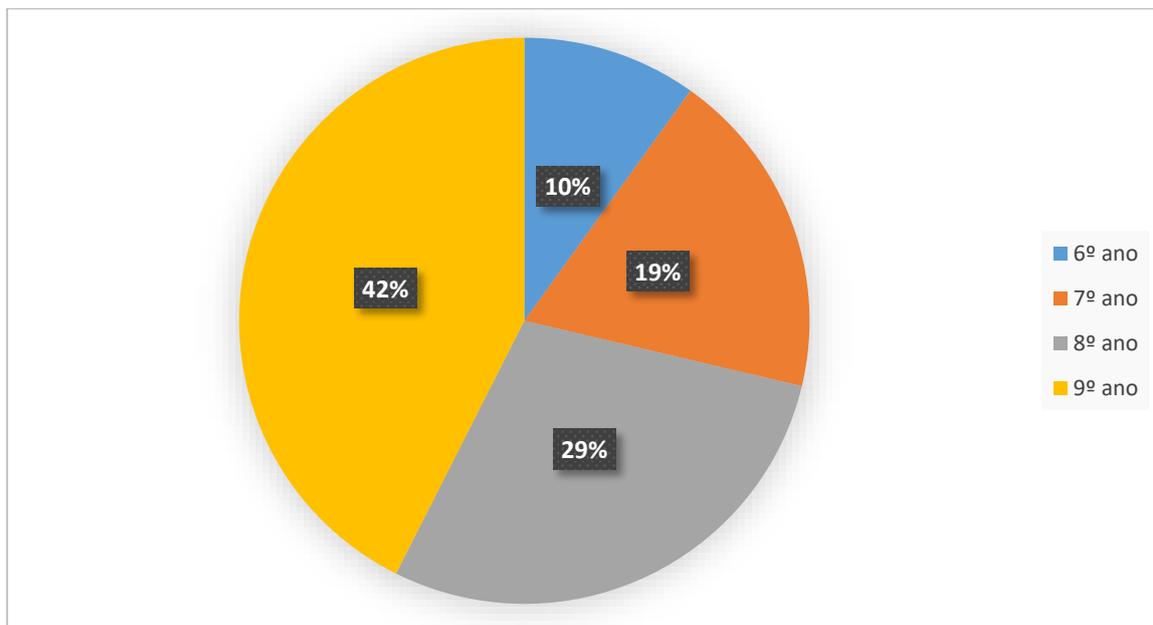
Gráfico 1 – Desistentes nos anos 2015, 2016 e 2017



Fonte: Elaborado pela autora

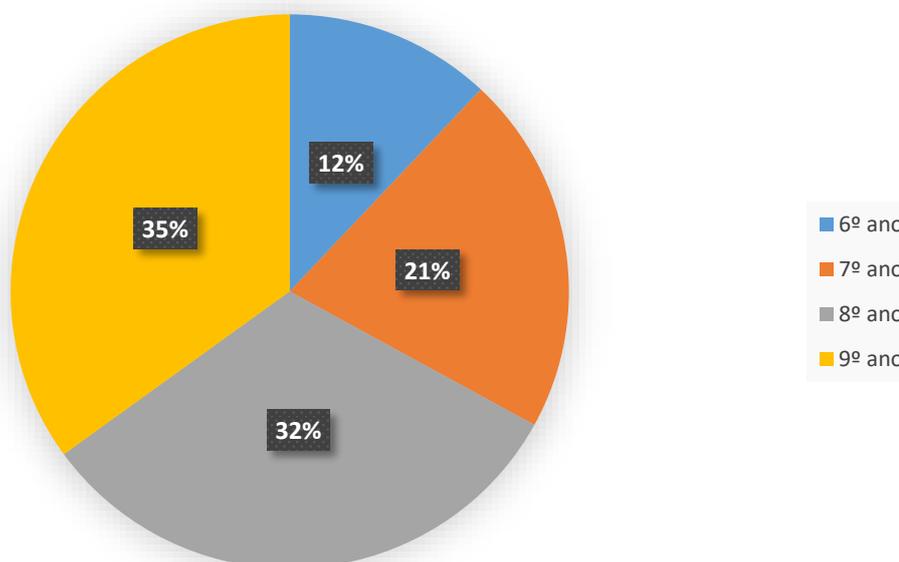
Analisando os dados em cada um dos anos de análise e fazendo uma conexão da quantidade de desistente total de cada série com a quantidade de desistentes total de cada de ano temos os índices de abandono escolar ilustradas a seguir. No ano de 2015: 6º ano 10% de desistentes, 7º ano 19%, 8º ano 29% e 9º ano chegando a 43%.

Gráfico 2 – Desistência no ano de 2015



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 3 – Desistência no ano de 2016

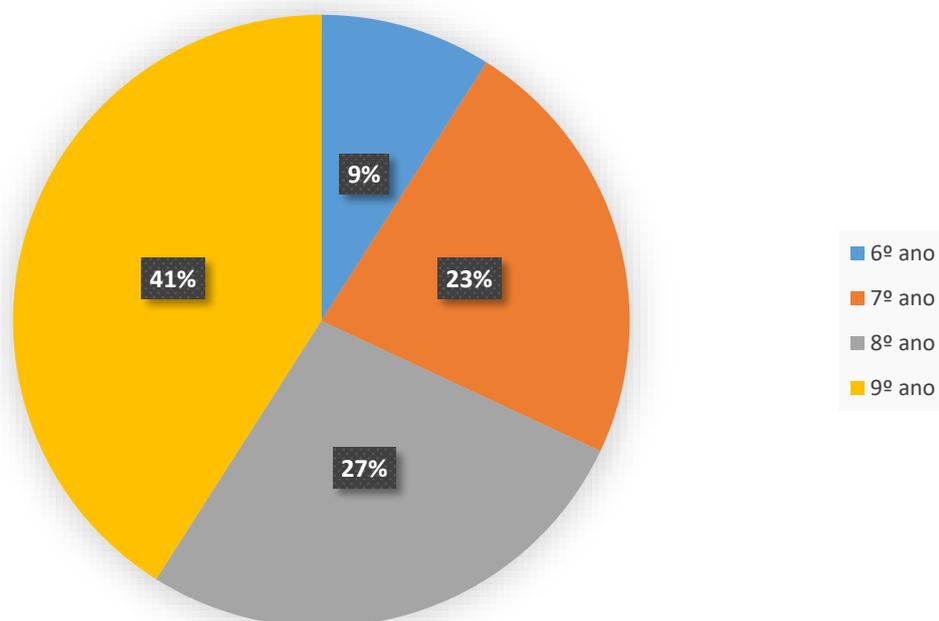


Fonte: Elaborado pela autora

Discorrendo o gráfico sobre evasão no ano de 2016, esse índice elevou-se em todos os anos, com exceção do 9º ano.

No ano de 2017, houve uma queda de desistência em relação ao ano de 2016 para os seguintes anos: 6º e 8º ano. Por outro lado, o 9º ano é o campeão nesse percentual, chegando a 41% conforme apresenta o gráfico abaixo.

Gráfico 4 – Desistência no ano de 2017



Fonte: Elaborado pela autora

Em todos os anos nota-se que o índice de evasão dos alunos seguiu a ordem dos anos, conforme aumentou a série, aumentou também o índice de evasão.

### 6.1 Metodologia aplicada à coleta de dados, causas da evasão escolar e possíveis soluções

Para entender o porquê desses números relacionados à evasão escolar na E.M.E.F. Izabel Dias, o método aplicado foi o quantiquantitativo que ocorreu com visita in loco entrevistando 08 (oito) professores de áreas afins e 60 (sessenta) discentes, sendo 15 de cada turma. Esta metodologia foi em forma de questionário que obtinham 5 (cinco) questionamentos direcionados a cada segmento. Aos docentes o foco foi voltado para a formação gradual, tempo de sala de aula, fator socioeconômico, à metodologia de ensino aplicada, público assistido e formação continuada. Aos discentes a dinâmica correspondeu à faixa etária, evasão escolar, disciplina de maior e menor afinidade, fator econômico e perspectiva para o futuro.

## 6.2 Demonstrativo da coleta de dados dos docentes e discentes

Quadro 1 – Resultado referente ao questionário aplicado com docentes

Graduação	Quant.	Tempo de sala de aula	Fator socioeconômico	Metodologia aplicada	Público Assistido	Formação continuada
Geografia	1	-	-	Segundo a metodologia aplicada, os 100% entrevistados seguem a Freiriana de acordo ao Projeto Político Pedagógico da escola.	Filhos de: pescadores, professores, domésticas, ribeirinhos.	Dentre os 10 entrevistados, 100% afirmam participar de formação continuada somente com a promoção da Secretaria Municipal de Educação.
Matemática	1	Mais de 15 anos	Mais de 2 salários mínimos			
Pedagogia	6	Mais de 15 anos	Mais de 2 salários mínimos			

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SEMED-Sec. Municipal De Educação – Santana do Araguaia

Analisando o quadro de entrevistas como os docentes, a unidade escolar possui 8 professores. Um fator que chama a atenção e pode-se dizer ser grave, é a questão da formação gradual dos profissionais de áreas afins que trabalharam com as turmas de ensino fundamental anos finais da E.M.E.F. Izabel Dias, sendo um Geógrafo, um Matemático e seis Pedagogos, o que não condiz com as disciplinas ministradas. Essa problemática influencia na dinâmica das atividades desenvolvidas.

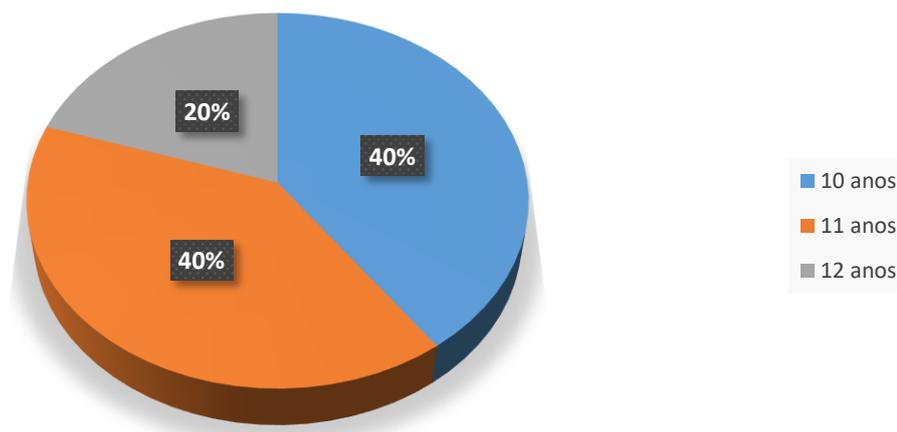
Para exercer a função de docente nessas turmas, este necessita de autorização provisória do Conselho Municipal de Educação do município, o que habilita o mesmo por um período de 02 anos seguindo as recomendações e regulamentações. Tais documentações são elaborados com parecer, processo, levado à plenária do Conselho Municipal de Educação do município para ser analisado, avaliado e votado pelos membros conselheiros. Em seguida é homologado pelo gestor da pasta, dando ciência ao ato autorizativo.

Através desses dados no quadro educacional referente a formação de professores, percebe-se que os índices em repetência, evasão escolar não serão direcionados somente pelo aluno, mas por todo um conjunto que deve envolver e buscar um caminho que os leve a minimizar os desconfortos educacionais.

Em se tratando da faixa etária dos discentes da E.M.E.F. Izabel Dias, a partir dos dados levantados, foi possível chegar aos seguintes percentuais nos gráficos abaixo. Sabendo que para cada ano/série, infelizmente estes são preocupantes. Os fatores decorrentes são inúmeros e serão discorridos no item 6.2 deste capítulo.

Veja:

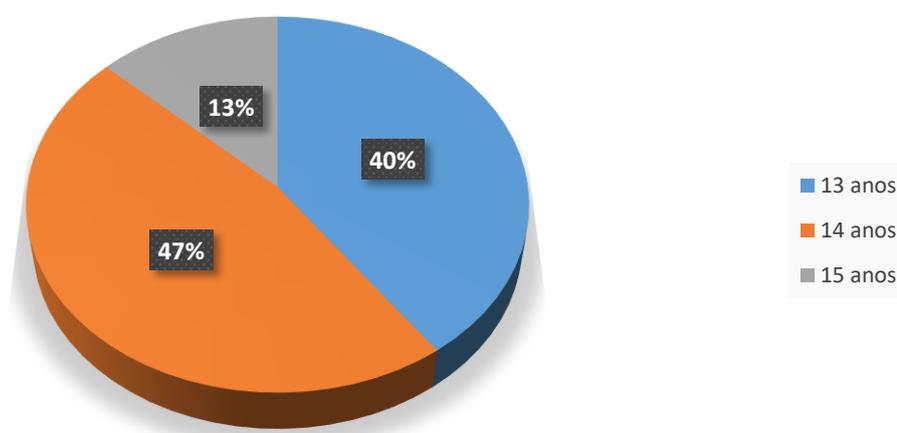
Gráfico 5 – Fator idade dos alunos do 6º ano



Fonte: Elaborado pela autora

Em leitura, detectou-se que na turma do 6º ano, 20% dos discentes a faixa etária compreende a 12 anos e 40% com 10 anos e 11 anos de idade. Para o Ministério da Educação, está em conformidade segundo a legislação vigente quando se trata de data corte para matrícula.

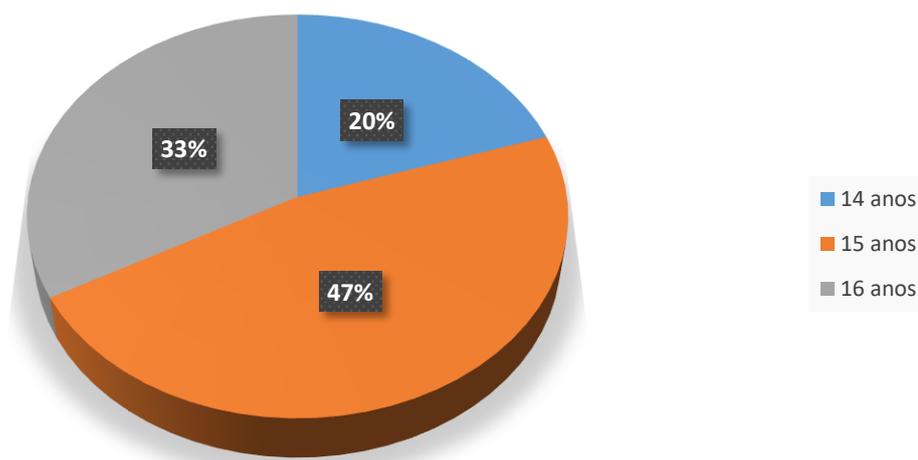
Gráfico 6 – Fator idade dos alunos do 7º ano



Fonte: própria da autora

A essa representação, foi constatado: 13% dos discentes tem 15 anos, 40% estão com 13 anos e 47% representam os 14 anos, taxas compreensíveis com base nos índices de abandono expostos anteriormente.

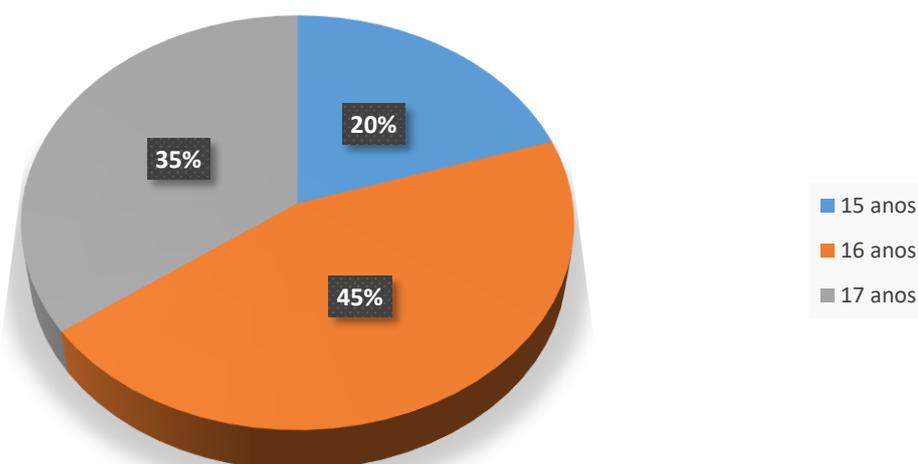
Gráfico 7 – Fator idade dos alunos do 8º ano



Fonte Elaborado pela autora

Neste demonstrativo dos discentes pertencentes ao 8º ano, enfatiza: 20% estão com 14 anos de idade, 47% com 15 e 33% com 16 anos.

Gráfico 8 – Fator idade dos alunos do 9º ano



Fonte: Elaborado pela autora

Por fim, os dados representativos do 9º ano ficaram assim: 20% tem 15 anos, 45% com 16 anos e 35% com 17 anos. Os demonstrativos a seguir dar-se-ão sobre evasão escolar entre uma e duas vezes.

Para a turma do 6º ano, 0% de evasão; 7º ano: 20% uma vez e 80% mais de duas vezes; 8º ano: 10% nunca evadiu de ano, 30% uma vez e 60% mais de uma vez e finalmente o 9º ano: 10% nunca evadiu, 25% uma vez, 35% duas vezes e 30% mais de duas vezes.

Falando em evasão escolar, logo abaixo discorrerá falas de alguns alunos que evadiram, todavia, retornaram às suas atividades estudantis. Ressalto que os nomes mencionados são fictícios, por não ter sido autorizado a divulgação pelos mesmos.

“Meus pais sempre mudavam de cidade. Acabavam me levando e eu perdia aula”.

E na outra cidade, turma nova. Professores diferentes. Deixava para o ano seguinte. E com isso eu desistia”. (Aluno Pedro, do 8º ano – informação verbal).

“Tinha que ajudar meus pais na época da pesca. É a nossa sobrevivência. Geralmente coincidia com a semana de revisão de prova. No dia das avaliações, não conseguia fazer muita coisa. E a nota era baixa. Ficava com vergonha. Não voltava mais.” (Washington, do 9º ano – informação verbal).

“Moro com meus avós e eles não estudaram muito. Não tem como me ensinar nas atividades de casa. As vezes não levo as atividades pronta”. (Henrique, 7º ano – informação verbal).

Para 70% dos entrevistados, as disciplinas de maior afetividade são: História, Educação da Arte, Filosofia e Ciências, os demais 30% não opinaram. Em se tratando de menor afetividade (disciplina) os 100% responderam que são: Língua Portuguesa e Matemática. Até mesmo justificaram:

“Não gosto muito de Matemática, apesar que convivo com ela o tempo todo para fazer tudo na vida, porém o que se estuda em sala de aula é muito diferente da realidade em que vivo. Já desistir uma vez por causa dela.” (Antônio José, 9º ano – informação verbal).

“Já desistir devido as aulas de Português, tantas regras gramaticais. A turma não aprende quase nada”. (Luciana, 7º ano – informação verbal).

Outro quesito pesquisado diz respeito ao aspecto socioeconômico. Neste os números são preocupantes, 50% dos discentes pesquisados são frutos de famílias de baixa renda que sobrevivem com Bolsa Família, 20% filhos de lavradores e 30% mantém-se com um salário mínimo provindo de aposentadoria dos avós.

Quanto as perspectivas para o futuro, 100% acreditam que irão concluir o ensino fundamental anos finais mesmo em distorção idade série, aspecto positivo ao considerarmos que os problemas devem ser enfrentados para que se vença os obstáculos e que a educação é o caminho para se transformar uma sociedade.

### **6.3 Problemas e possíveis soluções**

Os problemas encontrados na escola, em relação à evasão escolar, enumeraram-se o principal: falta de formação na área afim. Assim, a forma como desenvolveram as metodologias em sala de aula deixaram a desejar. Outra questão que não se deve deixar de lado é o tempo de trabalho desse professor e a carga horaria que exerce para melhoria na vida econômica.

Já a metodologia aplicada, segundo os docentes, afirmam ser Freiriana, porém o percebido foi uma prática tradicionalista, deixando o adolescente com receio de opinar. No tocante à formação continuada, os mesmos foram categóricos, diz a professora Clara: “Só fazemos essa formação quando a Secretaria Municipal de Educação promove o evento” (informação verbal).

Através dessa pesquisa ficou evidente que as causas que levaram muitos discentes da E.M.E.F. Izabel Dias de Barreira dos Campos a evadirem foram: necessidade de vincular-se ao mundo do trabalho para ajudar familiares. Entendendo a falta que o estudo fez, muitos dos evadidos retornaram aos bancos escolares para qualificarem-se e num futuro próximo vincularem-se as práticas sociais.

#### **6.3.1 Soluções para reduzir o índice de evasão**

As diretrizes educacionais regem: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber dentre outros elementos fundamentais ao desenvolvimento do cidadão.” (LDBN 9394/96, p.1) e diante dessas prerrogativas, o próprio sistema de ensino, professores e demais atores que fazem educação devem primar por garantir a lei. A partir daí a própria sociedade espera que o índice de evasão escolar possa diminuir. Contudo, para que haja a redução dessa problemática é necessário:

✓ O envolvimento da Secretaria Municipal de Educação em elaboração de projetos ouvindo a comunidade a respeito da qualidade de ensino;

✓ A Secretaria Municipal de Educação planejar e desenvolver formação continuada por áreas afins;

✓ O corpo técnico pedagógico da SEMED acompanhe o desenvolvimento do trabalho dos docentes;

✓ O corpo técnico pedagógico faça levantamento nas escolas para verificar as disciplinas que mais reprovam e por que, e elabore projetos interdisciplinares a fim de resolver problemas críticos.

Realizando essas pequenas metas, certamente muitos desconfortos serão minimizados. E as ações desenvolvidas servirão de incentivos aos novos propiciadores da educação.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de diversos textos lidos de autores e legislações citados no corpo textual desse trabalho, foi possível entender que a educação brasileira passou e ainda passa por vários percalços desde o início da história do Brasil até os dias atuais. Estes a cada dia vem sendo assuntos debatidos pelo cenário nacional numa tentativa de encontrar mecanismos viáveis a solucionar inúmeros problemas.

Os órgãos oficiais da esfera nacional, estadual e municipal medem o índice de aprendizagem e por meio deles são detectados os avanços e o decréscimo da qualidade de ensino, as aprovações, reprovações e até mesmo o assunto em estudo: evasão escolar.

A temática debatida dentro deste trabalho de pesquisa, reportou-nos a entender que as causas da evasão escolar não são de fato problemas só do aluno, mas que vai muito além. A falta de formação continuada aos docentes contribui muito a abertura de novos horizontes, chamado conhecimento. E a ausência de novas práticas, desestimula o discente e leva-o a desistência.

Foram detectados também que os problemas relacionados a vida financeira dos educandos, contribuem de maneira significativa ao não desenvolvimento cognitivo, uma vez que estes necessitam auxiliar os pais ao sustento familiar. Quanto ao professor, este acompanha todos os acontecimentos do âmbito educacional no desejo de mudanças externas e internas objetivando políticas públicas mais eficientes e eficazes.

A problemática da pesquisa foi respondida a partir da análise dos dados coletados e em um contexto geral, com fundamento em todas as adversidades no campo desta pesquisa, ficou evidente que a evasão escolar no Distrito de Barreira dos Campos não diz respeito apenas à Governo Federal Estadual e Municipal, e sim a sociedade, seja ela civil e organizada a buscar meios à minimizar essa inconveniência, através de: visitas técnicas por meio do corpo das secretarias de educação, mais apoio dos conselhos educacionais, participação e presença dos pais e responsáveis na escola, mais compromisso dos professores e motivação por parte dos alunos.

Os dados obtidos e analisados são preocupantes uma vez que o público é de jovens com faixa etária entre 10 e 17 anos de idade, período entre idades caracterizado pela fase em há construção de conhecimento científico e que, portanto, necessitam muito do corporativismo dos atores da educação para não deixarem perecer pelo caminho os sonhos que todos devem fazer acontecer para dar continuidade a transmissão de saberes às gerações futuras.

Realizando um trabalho em equipe, quem supera as dificuldades vividas não são apenas os alunos, mas também a sociedade que vive à espera de cidadãos bem preparados para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Por fim, o referido trabalho vem contribuir com a população acadêmica referente a evasão escolar, em específico no Distrito de Barreira dos Campos, que a partir dessa discussão, a comunidade escolar ficará mais atenta aos novos modelos educacionais apresentados pela legislação vigente e vem também colaborar para o desenvolvimento de outros trabalhos relacionados ao tema de maneira a despertar a preocupação da sociedade e estimular a busca para amenizar a evasão garantindo que a nação conte com cidadãos críticos e aptos criticamente para estarem inseridos no meio social e para o mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- AGENCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Contínua 2017**: número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano. [S. l.], 18 maio 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- ARROYO, M. G. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1993.
- BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 04 abr. 2019.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 26 mar. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.
- CAMINHA, Pero Vaz. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Biblioteca Nacional: RJ, Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf). Acesso em 17/04/2019. Acesso em 17 abr. 2019.
- CECCON, Claudius. **A vida na escola e a escola na vida**. 43.ed – Rio de Janeiro. 2013.
- CENSO Escolar 2018: **educação básica perde 1, 3 milhão de matrículas desde 2014**. [S. l.], 31 jan. 2019. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/noticias/censo-escolar-2018-matriculadas-educacao-basica-caem-13-milhao-2014/3123897.html>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, 2011.
- INEP. **Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. Censo Escolar, [S. l.], 20 jun. 2016. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206). Acesso em: 10 abr. 2019.

MACHADO, Márcia Rodrigues. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da UNB, Brasília, 2009.

MATOSO, Filipe. **Tempo de estudo no Brasil é inferior ao de países de Mercosul e Brics, aponta IDH**. *Globo - G1*, Brasília, 21 mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/tempo-de-estudo-no-brasil-e-inferior-ao-de-paises-de-mercosul-e-brics-aponta-idh.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2019

NAGEL, Lizia Helena. **Educação via Banco Mundial: Imposição ou Servidão Necessária?** Disponível em: <http://www.pde.pr.gov.br>. Acesso em 25 de mar. 2019.

NÓBREGA, S.J., Manuel. Cartas. In: LEITE, Serafim, SJ. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, 3 v.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4ª Ed. São Paulo. Editora Cortez. 2016.

PARO, Vítor Henrique. **Reprovação Escolar, renúncia à educação**. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2003.

PIAGET, J. **A Construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnicidade. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2003, p. 131-152.

VASCONCELLOS, Celso Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo: Libertad. 2000.

VASCONCELLOS, Celso Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2004.

VASCONCELLOS, Celso Santos. **Projeto político-pedagógico: educação superior**. Campinas: Papyrus, 2004.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS DOCENTES**

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Instituto de Engenharia do Araguaia

**QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES ATUANTES DO 6º AO 9º ANO NA  
E.M.E.F. IZABEL DIAS NO DISTRITO DE BARREIRA DOS CAMPOS**

1- Formação Gradual e qual curso caso tenha formação na área:

Nível Médio Completo     Superior incompleto     Superior completo

2- Quanto tempo de sala de aula:

Menos de um ano     3 a 5 anos     Mais de 10 anos

3- Metodologia aplicada:

Escola Freiriana     Escola Construtivista     Tradicional

4- Público assistido:

- ribeirinhos, pescadores, filhos de domésticas, filhos de professores.
- somente ribeirinhos
- só discentes indígenas.

5- Participa de formação continuada? Por que?

Sim     Não

Justifique: \_\_\_\_\_

---

---

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS DISCENTES**

---



Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Instituto de Engenharia do Araguaia

**QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES ATUANTES DO 6º AO 9º ANO NA  
E.M.E.F. IZABEL DIAS NO DISTRITO DE BARREIRA DOS CAMPOS**

- 1- Faixa etária:  
 11 a 14 anos     14 a 17 anos     15 a 17 anos     17 anos completo
- 2- Quantas vezes evadiu à escola:  
 uma vez     duas vezes     mais de duas vezes
- 3- Disciplina de menor e maior afetividade: menor: \_\_\_\_\_ e maior: \_\_\_\_\_
- 4- Fator econômico:  
 Sobrevive de Bolsa Família  
 Um salário mínimo  
Outros?

Especifique: \_\_\_\_\_

---